

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO

CCT – 2023

Que, entre si celebram, de um lado, o **SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA DE GOVERNADOR VALADARES E REGIÃO LESTE DE MINAS GERAIS – (SINTINA)**, sediado nesta cidade, na Rua São João, n.º 558, Centro, inscrito no CNPJ sob o n.º 20.844.320/0001-35 e, de outro lado, o **SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE GOVERNADOR VALADARES – (SINPAC)**, sediado nesta cidade, na Rua Leda Maria Mota Godinho, 120 – JK II, inscrito no CNPJ sob o n.º 66.230.137/0001-40, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - PISO SALARIAL FUNCIONAL - Fica estabelecido que, a partir de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, nenhum empregado exercente das funções abaixo mencionadas, receberá o salário inferior aos abaixo especificados:

a) Padeiro:

a.1) **Padeiro Júnior:** R\$ 1.477,65 (Um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos);

a.2) **Padeiro Sênior:** R\$ 1.642,98 (Um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos);

a.3) **Padeiro Máster/Supervisor de produção:** R\$ 1.896,08 (Um mil, oitocentos e noventa e seis reais e oito centavos);

Confeiteiro: R\$ 1.642,98 (Um mil, seiscentos e quarenta e dois reais e noventa e oito centavos);

b) Auxiliar de Padeiros Júnior, Sênior e Master: R\$ 1.405,69 (Um mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);

c) Auxiliar de Padeiro I: R\$ 1.446,68 (Um mil, quatrocentos e quarenta e seis reais e sessenta e oito centavos);

d) Balconista/Atendente: R\$ 1.405,69 (Um mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);

e) Embalador: R\$ 1.405,69 (Um mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);

f) Embalador aprendiz: R\$ 1.356,02 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dois centavos);

g) Entregador de moto e/ou carro de pequeno porte: R\$ 1.408,26 (Um mil, quatrocentos e oito reais e vinte e seis centavos);

Lucas
SIND. DAS IND. DE PANIFICAÇÃO E
CONFEITARIA DE GOV. VALADARES
- SINPAC -

SINDICATO TRAB. IND. ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA
DE GOV. VALADARES E REGIÃO DO LESTE DE MINAS GERAIS
ANDRÉ LUIZ ANANIAS DE SOUZA JUNIOR
PRESIDENTE

- h) **Entregador em veículo não motorizado:** R\$ 1.356,02 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dois centavos);
- i) **Forneiro:** R\$ 1.477,65 (Um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos);
- j) **Aux. de Forneiro:** R\$ 1.405,69 (Um mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);
- k) **Biscoiteiro:** R\$ 1.477,65 (Um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos);
- l) **Operador de Caixa:** R\$ 1.405,69 (Um mil e quatrocentos e cinco reais e sessenta e nove centavos);
- m) **Salgadeiro(a):** R\$ 1.477,65 (Um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos);
- n) **Cozinheira:** R\$ 1.477,65 (Um mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e cinco centavos);
- o) **Aux. de Cozinha:** R\$ 1.356,02 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dois centavos);
- p) **Aux. Operacional/Faxineiro:** R\$ 1.356,02 (Um mil, trezentos e cinquenta e seis reais e dois centavos);

Parágrafo primeiro - Os pisos salariais supramencionados serão devidos a partir do 61º (Sexagésimo primeiro) dia da data de admissão do empregado;

Parágrafo segundo - Os empregados que exercem as funções especificadas nesta cláusula e recebem salário superior aos pisos salariais discriminados nas letras "a", "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" terão seus salários reajustados com o mesmo percentual e as mesmas condições especificadas na cláusula 2ª.

Parágrafo terceiro - Fica estabelecido de comum acordo que o salário estabelecido do embalador, do embalador aprendiz, auxiliar de padeiro I, do forneiro e do auxiliar de forneiro e do biscoiteiro é direcionado ao trabalhador das indústrias que não possuem loja com balcão de venda a varejo.

Parágrafo quarto - Fica estabelecido a partir dessa convenção um percentual de 6% do salário a título de quebra de caixa ao funcionário exercente da função Operador de Caixa enquanto permanecer na função.

Parágrafo quinto- Entende-se por:

- **Aux. de Padeiro:** Os empregados que auxiliam os padeiros das categorias Júnior, Sênior e Master. Refere-se ao trabalhador das indústrias que possuem loja com balcão de venda a varejo.

- **Aux. de padeiro I:** Os empregados cuja função é preparar o pão na mesa, operar a máquina que dá formato ao pão e operar o cilindro, assar os produtos fabricados.

-Balcônista-Atendente: Fica estabelecido aos mesmos, o atendimento ao cliente e atendimento telefônico, preparação de sucos, salgados, sanduiches, inclusive na chapa, fatiamento de frios, repor mercadorias na loja, limpeza dos equipamentos e peças de seu uso assim como higienização do local de trabalho, assar produtos em fornos instalados na área de atendimento.

- **Embalador aprendiz:** os empregados que exercem a função de embalador no período de experiência ao ser contratado pela empresa.

- **Cozinheiro (a):** Os empregados (as) responsáveis pela produção do setor de cozinha.

- **Aux. de Cozinha:** Os empregados que auxiliam a cozinheira no exercício da sua função.

-**Forneiro:** Os empregados responsáveis pelo cozimento dos produtos em fornos elétricos, gás, lenha ou outro tipo de aquecimento seja de convecção ou lastro.

Parágrafo Único - Fica estabelecido de comum acordo que o salário estabelecido do forneiro é direcionado ao trabalhador das indústrias que não possuem loja com balcão de venda a varejo.

-**Auxiliar de forneiro:** Os empregados responsáveis por auxiliar os forneiros no cozimento de produtos em fornos elétricos, gás, lenha ou outro tipo de aquecimento seja de convecção ou lastro.

- **Padeiro Junior:** Os empregados exercentes da função que produzem massa doce, sal e alguns itens de confeitaria, assar os produtos fabricados.

- **Padeiro Sênior:** Os empregados exercentes da função que produzem massa doce, sal, confeitaria e massas especiais, assar os produtos fabricados.

- **Padeiro Máster/Supervisor de produção:** Os empregados exercentes da função que produzem massa doce, especiais, sal, confeitaria em geral (confeito de bolos, tortas, massas folhadas), salgados, doces, assar os produtos fabricados, possuir curso básico de informática e perfil de liderança avaliado pelo empregador e lidera equipe de produção.

- **Confeiteiro:** Os empregados exercentes da função que produzem a massa doce, salgados Biscoitos, doces, confeitam bolos e tortas, doce e salgada, assar os produtos fabricados.

Parágrafo sexto - A classificação do padeiro ficará sujeito a existência da vaga e de acordo com os critérios da empresa, independente do tempo de experiência e/ou de serviço do funcionário da empresa.

Parágrafo sétimo - Biscoiteiro- Os empregados exercentes da função biscoiteiro são aqueles que produzem biscoitos em geral e alguns itens de confeitaria, assar os produtos fabricados das indústrias que não possuem balcão de venda a varejo.

Parágrafo oitavo - Auxiliar Operacional/Faxineiro – Os empregados cuja função é fazer faxina em geral, organizar os depósitos e auxiliar os demais setores da empresa, quando necessário.

SINDICATO BRASILEIRO DE ALIMENTAÇÃO, CONFEITARIA E CONSERVAÇÃO DE GOV. VALADARES E REGIÃO DO LESTE DE MINAS GERAIS.
ANDRÉ LUIZ ARRANTES DE SOUZA JUNIOR
PRESIDENTE

Parágrafo nono - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ficam as empresas obrigadas a pagar todas as diferenças salariais decorrentes da aplicação dos pisos desta cláusula.

CLÁUSULA 2ª – CORREÇÃO SALARIAL - As empresas representadas pela entidade sindical patronal conveniente, respeitado o disposto nos parágrafos 1º, 2º e 3º da cláusula anterior, reajustarão os salários dos seus empregados, inclusive os mencionados no parágrafo 2º da cláusula 1ª, da seguinte forma:

Para os empregados **que recebiam até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) em janeiro de 2022**, serão reajustados a partir de JANEIRO DE 2023, pelo percentual de **8,05% (oito inteiros e cinco centésimos por cento)**, que incidirá sobre os salários vigentes de janeiro de 2022 (base de cálculo).

Para os empregados **que recebiam acima de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) em janeiro de 2022**, terão os salários reajustados em JANEIRO DE 2023, pelo percentual de **7,52% (sete inteiros e cinquenta e dois centésimos por cento)**, que incidirá sobre os salários vigentes de janeiro de 2022 (base de cálculo).

Parágrafo primeiro - Poderão ser compensadas todas as antecipações ou reajustes salariais, espontâneas ou decorrentes de lei, que tenham sido concedidos a partir de 1º de janeiro de 2022 e ficando excluídos da compensação os aumentos decorrentes de promoção, transferência e equiparação salarial de acordo com a lei.

Parágrafo segundo - Os empregados exercentes de outras funções não especificadas nas letras a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da cláusula 1ª (primeira) que foram admitidos após o dia 1º de janeiro de 2022 e que recebiam até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) em janeiro de 2022, terão os seus salários reajustados proporcionalmente aos meses trabalhados na empresa, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a (quinze) dias, de conformidade com a Tabela de Fatores abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE % 1º de janeiro de 2023	FATOR MULTIPLICATIVO
janeiro/2022	8,05	1,0805
fevereiro/2022	7,38	1,0738
março/2022	6,71	1,0671
abril/2022	6,04	1,0604
maio/2022	5,37	1,0537
junho/2022	4,70	1,0470
julho/2022	4,03	1,0403
agosto/2022	3,35	1,0335
setembro/2022	2,68	1,0268
outubro/2022	2,01	1,0201
novembro/2022	1,34	1,0134
dezembro/2022	0,67	1,0067

SINDICATO PATRONAL DE INDÚSTRIAS DE PANIFICAÇÃO E CONFITEIRIA DE GOV. VALADARES E REGIÃO DO LESTE DE MINAS GERAIS.
ANDRÉ LUIZ ARANTES DE SOUZA JUNIOR
PRESIDENTE

Parágrafo terceiro - Os empregados exercentes de outras funções não especificadas nas letras a, b, c, d, e, f, g, h, i, j, k, l, m, n, o, p e q da cláusula 1ª (primeira) que foram admitidos após o dia 1º de janeiro de 2022 e que recebiam acima de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) em janeiro de 2022, terão os seus salários reajustados proporcionalmente aos meses trabalhados na empresa, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias, de conformidade com a Tabela de Fatores abaixo:

MÊS DE ADMISSÃO	ÍNDICE DE REAJUSTE % 1º de janeiro de 2023	FATOR MULTIPLICATIVO
janeiro/2022	7,52	1,0752
fevereiro/2022	6,89	1,0689
março/2022	6,27	1,0627
abril/2022	5,64	1,0564
maio/2022	5,01	1,0501
junho/2022	4,39	1,0439
julho/2022	3,76	1,0376
agosto/2022	3,13	1,0313
setembro/2022	2,51	1,0251
outubro/2022	1,88	1,0188
novembro/2022	1,25	1,0125
dezembro/2022	0,63	1,0063

Parágrafo quarto - O reajuste do empregado mais novo não poderá ser superior ao que foi devido ao empregado mais antigo na mesma função.

Parágrafo quinto - Na hipótese de rescisão do contrato de trabalho, ficam as empresas obrigadas a pagar todas as diferenças salariais decorrentes desta cláusula.

CLÁUSULA 3ª - ANOTAÇÃO NA CTPS - Os empregadores se comprometem a lançar as anotações na CTPS dos trabalhadores exercentes das funções enumeradas nas letras “a”, “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da cláusula 1ª, de forma que o lançamento corresponda à função efetivamente exercida.

CLÁUSULA 4ª - HORAS EXTRAS - As horas extras serão remuneradas com acréscimo de 60% (sessenta por cento) em relação à hora normal, exceto aquelas trabalhadas aos domingos e feriados, ou em outros dias destinados ao repouso cuja remuneração em relação à hora normal será acrescida de 100% (cem por cento).

CLÁUSULA 5ª - ADICIONAL NOTURNO - O trabalho no horário noturno assim definido em lei, terá remuneração superior à do diurno e, para esse efeito, sua remuneração terá um acréscimo de 30 % (Trinta por cento) sobre a hora diurna normal.

CLÁUSULA 6ª - INTERVALO DE REFEIÇÕES - As empresas fixarão intervalo não inferior à uma hora para refeição e descanso dos seus empregados, que laboram nas jornadas acima de 06 horas diárias.

CLÁUSULA 7ª – COMPENSAÇÃO DE JORNADA - As compensações de jornadas somente poderão ser praticadas nos termos previstos no artigo 59, §2º, da CLT.

CLÁUSULA 8ª – NONA HORA – A não concessão ou a concessão parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, a empregados, implica o pagamento, de natureza indenizatória, apenas do período suprimido, com acréscimo de 60% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho.

CLÁUSULA 9ª - QUINQUÊNIO: - A partir do mês de julho de 2010, inclusive, as empresas pagarão mensalmente a todos os seus trabalhadores, a título de quinquênio, um adicional salarial equivalente a 1% (um por cento) do salário do trabalhador por cada 05 (cinco) anos de serviço prestado na mesma empresa.

Parágrafo único - O marco inicial para a aquisição do direito é o mês de julho de 2003, desprezado o tempo de serviço anterior a esta data.

CLÁUSULA 10ª - ADIANTAMENTO QUINZENAL - As empresas procederão a adiantamentos quinzenais por conta de salário aos seus empregados que assim o desejarem.

CLÁUSULA 11ª - PAGAMENTO DOS SALÁRIOS - As empresas efetuarão o pagamento dos salários dos seus empregados em dinheiro até o 5º dia útil de cada mês. Se o pagamento for efetuado em cheque, deverá, obrigatoriamente, ocorrer dentro do funcionamento bancário e em tempo hábil para desconto do cheque na agência bancária, sob pena de caracterização de mora.

Parágrafo único - ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIOS: Na ocorrência de pagamento de salários fora do prazo estabelecido, a empresa incorrerá em multa correspondente a dois dias de salário por dia de atraso, para cada empregado prejudicado e revertido diretamente a ele, devidamente atualizado até a efetiva regularização sem prejuízo da multa prevista em lei.

CLÁUSULA 12ª - DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO - As empresas, quando do pagamento dos salários, deverão fornecer aos empregados demonstrativos ou “holerites” com discriminação dos proventos, descontos e respectivos valores.

CLÁUSULA 13ª - PAGAMENTO DAS FÉRIAS - Os pagamentos da remuneração das férias e, se for o caso o do abono referido no artigo 143, da CLT, serão efetuados até 05 (cinco) dias antes do início do gozo das mesmas.

CLÁUSULA 14ª - COMPLEMENTAÇÃO DO 13º SALÁRIO - Ao empregado afastado percebendo auxílio doença da Previdência Social, por período igual ou inferior a 180 (cento e oitenta) dias, as empresas asseguram o 13º salário integral, sem prejuízo do tempo de afastamento e proporcionalmente aos períodos trabalhados e à disposição.

CLÁUSULA 15ª - AUXÍLIO FUNERAL - No caso de falecimento do empregado, a empresa pagará aos seus dependentes, devidamente credenciados pelo INSS, um auxílio funeral correspondente ao valor de um piso salarial da respectiva função exercida pelo “de cujos”.

CLÁUSULA 16ª - SALÁRIO DO SUBSTITUTO - Ao empregado a partir do 20º (vigésimo) dia e enquanto perdurar a substituição, será devido o salário do substituto, excluídas as vantagens de caráter pessoal.

SINDICATO TRABALHADOR DE PANIFICAÇÃO E CONFEITARIA DE GOV. VALADARES E REGIÃO DO LESTE DE MINAS GERAIS.
FRANCISCA LUIZ APARECIDA DE SOUZA JUNIOR
PRESIDENTE

CLÁUSULA 17ª - EQUIPARAÇÃO SALARIAL - As empresas se comprometem a equiparar os salários de empregados que exerçam as mesmas funções com igual produtividade e perfeição técnica, nos termos da Legislação consolidada.

CLÁUSULA 18ª - LANCHE - As empresas se obrigam a fornecer gratuitamente aos seus funcionários, por jornada de trabalho, um lanche diário que consistirá de um copo de leite e pão ou café e pão, recomendando-se às empresas melhoria do lanche aqui estipulado, devendo fornecer um lanche adicional no caso de prorrogação da jornada de trabalho.

CLÁUSULA 19ª - UNIFORME - As empresas fornecerão gratuitamente aos seus empregados, uniformes em número suficiente à prestação de serviços, desde que exigidos por ela ou de uso obrigatório por normas legais.

Parágrafo único – Rescindindo o contrato de trabalho, o empregado que recebeu uniforme, se obriga a devolvê-lo a empresa no primeiro dia útil subsequente à data da rescisão, sob pena de desconto do respectivo valor de custo no mercado no respectivo Termo de Rescisão Contratual.

CLÁUSULA 20ª - USO DE TELEFONE - As empresas se comprometem a permitir o uso do telefone comercial por seus empregados, transmitindo aos mesmos os recados importantes e urgentes.

Parágrafo único – Fica vedado o uso de aparelho de telefone móvel no ambiente de trabalho.

CLÁUSULA 21ª - FORNECIMENTO DE ÁGUA POTÁVEL - As empresas se comprometem a fornecer água potável para os seus empregados no local de trabalho.

CLÁUSULA 22ª – BANHEIRO - As empresas se obrigam a manter banheiros com cabides para uso de seus empregados.

CLÁUSULA 23ª - GUARDA DE BICICLETAS - As empresas que tenham mais de 20 (vinte) funcionários e que possuem espaço disponível se obrigam durante a vigência desta convenção, a reservar local próprio para a guarda de bicicletas de seus empregados.

CLÁUSULA 24ª - LIMPEZA DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS - Sempre que empresa exigir deverá encerrar o trabalho com antecedência bastante, de tal forma que possibilite, dentro da jornada normal de trabalho, ao empregado realizar a limpeza da máquina ou equipamento, no qual trabalha incluindo aqui a área de trabalho.

CLÁUSULA 25ª - MELHORIA DE INSTALAÇÕES - As empresas se comprometem melhorar as condições de trabalho e instalações, procurando observar as condições de higiene e segurança a que estão obrigadas por força da Lei.

CLÁUSULA 26ª - PRIMEIROS SOCORROS - Os empregadores ficam obrigados a manterem caixa de medicamentos para primeiros socorros, em local acessível a seus empregados.

CLÁUSULA 27ª - GARANTIA DA EMPREGADA GESTANTE - As empresas concederão garantia no emprego à gestante nos termos do artigo 10, inciso II, letra b, Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, em conformidade com a legislação em vigor, salvo a hipótese de rescisão de contrato de trabalho por justa causa.

CLÁUSULA 28ª - GESTANTE – FUNÇÃO COMPATÍVEL - Assegura-se à gestante, durante a gestação, o exercício de trabalho compatível ao seu estado.

CLÁUSULA 29ª - SOBRECARGA RESULTANTE DE EMPREGADO EM GOZO DE FÉRIAS - As empresas se comprometem a não sobrecarregarem seus empregados com tarefas de companheiros em férias, nem exigir no retorno desses, sobrecarga para compensar as férias gozadas.

CLÁUSULA 30ª - AVISO PRÉVIO - As empresas se obrigam a dispensar o cumprimento do aviso prévio, sem ônus, na hipótese de se tratar de rescisão do contrato de trabalho a pedido do obreiro, desde que o empregado comunique a empresa com pelo menos 15 dias de antecedência do seu desligamento.

Parágrafo único – Na falta da comunicação dentro do prazo estipulado, ensejará multa a favor da empresa no valor do piso na sua função.

CLÁUSULA 31ª - LIBERAÇÃO DE DIRETORES - Fica conveniado que os dias referentes às liberações dos líderes sindicais, conforme preceitua o § 2º do artigo 543 da CLT, devidamente requerido pela entidade da classe, não serão descontados para efeito de férias.

CLÁUSULA 32ª - QUADRO DE AVISOS - As empresas reservarão em seus quadros de avisos, local para que o Sindicato possa divulgar informações de interesse dos trabalhadores. Os avisos do Sindicato serão encaminhados às empresas que fixarão imediatamente, inclusive no mesmo turno de trabalho em que forem entregues. Os avisos devem ficar limitados a assuntos de interesse do trabalhador e não podem conter ofensas ao empregador ou às autoridades constituídas.

CLÁUSULA 33ª - ABONO DE FALTA PARA CONSULTA MEDICA DE FILHOS - Fica concedido ao trabalhador 01 (um) dia por ano para consulta medica de filho menor de 08 (oito) anos de idade comprovado por atestado medico, apresentado o mesmo 24 horas subsequente a ausência.

CLÁUSULA 34ª - VALE TRANSPORTE - Fica as empresas obrigadas a fornecer vale transporte ao trabalhador de acordo com lei 7.418 de 16/12/1985.

CLÁUSULA 35ª - FORNECIMENTO DA RAIS - As empresas fornecerão copia da RAIS (RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS) atualizada a entidade profissional até 15 de maio de 2023.

CLÁUSULA 36ª – APOSENTADORIA – GARANTIA - Fica vedada a dispensa do empregado ao qual faltar 12 (doze) meses para completar o tempo de serviço para aposentadoria integral e que tenha no mínimo 05 (cinco) anos de serviço na empresa, desde que previamente o empregado tenha dado ciência ao empregador do tempo que falta para a aposentadoria.

Parágrafo primeiro - Completado o tempo necessário à aposentadoria, cessa para a empresa a obrigação prevista na cláusula, mesmo que o empregado não se aposente, por sua vontade ou por culpa da Previdência Social.

Parágrafo segundo - Ficam excluídos da garantia prevista nesta cláusula os empregados que, por qualquer motivo, descumprirem com suas obrigações, cometendo falta grave e dando, com isso, motivo a punições por parte do empregador, inclusive a da dispensa por justa causa.

CLÁUSULA 37ª - DO RECIBO DE GPS - Fica as empresas obrigadas a enviar ao Sintina cópias da GPS até o 10ª dia de cada mês, em cumprimento do artigo 225, inciso V, decreto 3.048, de 06/05/99.

CLÁUSULA 38ª - MULTA POR INADIMPLEMENTO DE CLÁUSULAS DA CONVENÇÃO COLETIVA - As partes estabelecem multa de 15% sobre o valor apurado e não pago a favor do empregado prejudicado no caso de inadimplência das cláusulas de natureza financeira e, multa do valor correspondente 01(um) piso salarial do balconista em favor do Sindicato Obreiro, em caso de inadimplemento de cláusulas de natureza não financeira.

Parágrafo primeiro – As multas do *caput* da cláusula terão vigência a partir da data de assinatura desta convenção.

Parágrafo segundo – Prevalecerá multa específica quando prevista sobre a multa genérica desta cláusula ficando vedada a superposição ou comutatividade com multa já prevista na legislação obreira.

CLÁUSULA 39ª- DATA BASE - As partes convenientes estabelecem a data-base em primeiro de janeiro a cada ano para a categoria profissional.

CLÁUSULA 40ª - ACESSO DE DIRIGENTES SINDICAIS - As empresas se comprometem disponibilizar ao sindicato obreiro representante da categoria, local no recinto da empresa onde o representante sindical possa realizar cadastro de sócio junto aos trabalhadores.

CLÁUSULA 41ª – DIFERENÇAS SALARIAIS - As diferenças salariais e econômicas resultantes da aplicação desta convenção poderão ser pagas juntamente com os salários de janeiro de 2023 e/ou fevereiro de 2023, sem qualquer ônus.

CLÁUSULA 42ª - VIGÊNCIA - A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de 01 (um) ano, com início em 1.º de janeiro de 2023 e término em 31 de dezembro de 2023.

E para que produza seus jurídicos e legais efeitos, a presente Convenção Coletiva de Trabalho foi lavrada em 03 (três) vias de igual forma e teor, sendo levada a registro e depósito junto à Delegacia Regional do Trabalho de Minas Gerais.

Governador Valadares, 25 de janeiro de 2023.

SINDICATO TRAB. IND. ALIMENTAÇÃO, PANIFICAÇÃO, CONFEITARIA
DE GOV. VALADARES E REGIÃO DO LESTE DE MINAS GERAIS

ANDRÉ LUIZ ARANTES DE SOUZA JUNIOR
PRESIDENTE

André Luiz Arantes Souza Junior
Presidente

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Alimentação, Panificação, Confeitaria de Governador Valadares e Região Leste de Minas Gerais - SINTINA

Marcos Lopes Farias
Presidente

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria de Governador Valadares – SINTINAC/GV

SIND. DAS IND. DE PANIFICAÇÃO E
CONFEITARIA DE GOV. VALADARES
SINTINAC -